

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

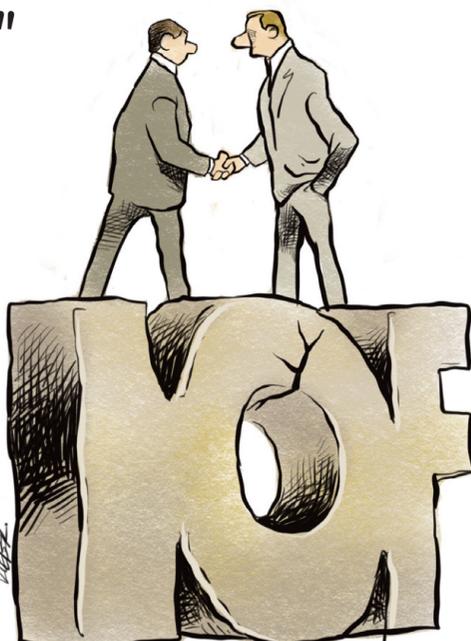
"Domingo será um desastre"

A depender das propostas sobre a mesa para compensar a iminente derrubada do decreto que aumentou a alíquota do IOF, a reunião deste domingo entre governo e líderes partidários para fechar uma alternativa a essa cobrança tem tudo para trazer mais problemas, conforme prevê o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara. Numa conversa com a coluna durante o Fórum Esfera, no Guarujá (SP), Bichara foi incisivo ao dizer que o corte linear de benefícios fiscais do dia para a noite não funcionará e ainda corre o risco de virar mais um imbróglio judicial. "Desde que a medida do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) deu errado, o governo vem com projetos da cartola que não emplacam", afirmou, referindo-se à proposta que criava o voto de qualidade e que

arrecadou, segundo o advogado, "apenas R\$ 300 milhões, quando o governo esperava R\$ 55 bilhões".

» » »

Veja bem/ Ao longo dos painéis do evento no Guarujá, autoridades desfilaram a defesa de cortes dos benefícios fiscais como uma saída para a recomposição dos recursos que o governo pretendia arrecadar com o IOF. "Se tiver um corte de 10%, são R\$ 80 bilhões", conforme cálculo do ministro dos Transportes, Renan Filho, que fez isso quando governador em Alagoas. Só tem um probleminha: a aposta de Renan Filho e de outros governadores não conta com apoio fechado no Congresso e arrisca gerar uma onda de ações judiciais. Se for por esse caminho, avalia Bichara, será um desastre..



"Casamento para já"

O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse à coluna que a federação MDB e Republicanos precisa sair logo. "Ou fazemos uma federação para ficarmos com algo em torno de 100 deputados, ou vamos para a série B da política. E não combina com o MDB ficar pequenininho enquanto os outros partidos estão crescendo. Isso é muito ruim para o MDB e para o país, porque o centro democrático garante clareza e decisões acertadas para não permitir que os extremos levem o Brasil para um rumo equivocado", sustentou.

Por falar em MDB...

O partido se juntou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para cobrar a pesquisa de petróleo na Margem Equatorial. "Não cabe a órgão regulador se deixar levar por conceitos ideológicos", afirmou o governador Helder Barbalho, ao participar do Fórum Esfera 2025. Ele prega que é preciso "honestidade de informação", direito à pesquisa e cobranças à Petrobras para que cumpra as condicionantes e financie o processo de transição energética.

Otimismo no BNDES

A diretora de Infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciana Costa, ressalta que o banco "está alinhado com o Ministério da Fazenda" e que repassar mais uma parte dos dividendos não deve prejudicar os contratos de financiamento. "O fato de a gente ter contribuído com R\$ 35 bilhões ou R\$ 40 bilhões não afetou a capacidade do banco, porque temos uma base folgada. O BNDES está alinhado com a Fazenda, e tenho certeza de que o presidente vai continuar contribuindo. A discussão de dividendos vai ser racional no domingo", frisou, durante o evento do grupo Esfera no Guarujá.

Alternativas

A situação do IOF será a pauta da fala do presidente da Câmara, Hugo Motta, e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, no próximo Brasília Summit Lide Correio Braziliense, na quarta-feira (11). Ambos vão apresentar alternativas estruturantes à taxa de IOF prevista pela equipe econômica. Ao menos 250 empresários de todo o Brasil estão confirmados no evento. Hoje, Motta fala no Guarujá.

CURTIDAS

Enquanto isso, no palco do Esfera... A CEO do think-tank Esfera, Camila Camargo Dantas, foi incisiva ao falar da medida do IOF editada pelo governo: "Ainda que revista parcialmente, a proposta causou perplexidade, porque reafirma uma lógica ultrapassada, perversa e imediatista: diante da pressão fiscal, penaliza-se quem financia, quem investe, quem produz. Não se enfrenta a raiz do problema — apenas se adia, com efeitos colaterais cada vez maiores", destacou, defendendo a reforma administrativa e a continuidade da tributária.

... o diagnóstico é preocupante/ O secretário de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Jorge Lima, expôs sua visão do país: "O próximo que entrar vai pegar uma bucha".



Jose Cruz/Agência Brasil

A infância é marcante/ Assim que terminou seu painel no Fórum Esfera, o ministro Renan Filho (foto) fez questão de voltar às pressas para casa. É que hoje seu filho tem um jogo de futebol. "Sou filho de político. Passei por isso", disse, ávido por torcer pelo seu pontesquerda neste sábado.

Coragem/ Para o deputado Fausto Pinato (PP-SP), Carla Zambelli teve muita coragem em não fechar um acordo de delação premiada em seu processo por invasão hacker às urnas eletrônicas. "Ela foi mais mulher do que muito general por aí", disse ao comparar a deputada com o tenente-coronel Mauro Cid.

PODER / Partido pede à Câmara a perda de mandato da deputada, horas depois de o Supremo confirmar a condenação dela

PT quer punição imediata a Zambelli

» ISRAEL MEDEIROS
» MAIARA MARINHO

O PT na Câmara agiu rápido depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmar, ontem, a condenação da deputada Carla Zambelli (PL-SP): protocolou um requerimento na Mesa Diretora da Casa, endereçada ao presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), para pedir a perda do mandato da parlamentar. A solicitação, assinada pelo líder do partido na Casa, Lindbergh Farias (RJ), não foi o primeiro apresentado pela sigla, mas argumenta que o fim dos recursos na ação penal já garante a perda de mandato da deputada, sentenciada a 10 anos de prisão

por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"O acórdão da condenação penal, regularmente publicado, determinou de forma clara, categórica e vinculante que a Mesa da Câmara dos Deputados proceda à declaração da perda do mandato parlamentar da condenada", diz o requerimento.

Lindbergh argumentou, ainda, não ser necessário que a Câmara decida sobre o assunto. "O STF, em conformidade com sua jurisprudência consolidada, firmou o entendimento de que, nessa hipótese, a perda do mandato é automática, cabendo à Mesa apenas declará-la formalmente, sem deliberação política ou discricionariedade, por se tratar de

ato meramente declaratório", escreveu o líder do PT no documento. "Por todo o exposto, reitera-se o pedido de que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declare a perda de mandato da deputada Carla Zambelli, nos exatos termos determinados pelo Supremo Tribunal Federal, em decorrência de condenação criminal com pena superior a quatro anos, já transitada em julgado, com efeitos imediatos e vinculantes para esta Casa Legislativa", concluiu.

Na quinta-feira, antes da decisão do STF, Motta pregou cautela no caso da deputada, foragida da Justiça. "Eu procuro sempre, até porque esses casos não têm precedentes aqui na Câmara, decidir com muita responsabilidade. Não

posso trazer um posicionamento antes de, tecnicamente, estar amparada a decisão que vamos tomar sobre o caso da deputada Carla Zambelli", disse, na ocasião.

No mesmo dia, à noite, Motta acatou o pedido de licença feito por Zambelli e convocou o suplente, Coronel Tadeu (PL-SP), para assumir o cargo (**leia abaixo entrevista com o parlamentar**). A deputada pediu 120 dias para tratar de "interesses particulares" e outros sete para "tratamento de saúde".

Ontem, no plenário virtual, a Primeira Turma do STF levou apenas uma hora para rejeitar, por unanimidade, o último recurso da defesa de Zambelli. O relator, ministro Alexandre de Moraes,

argumentou que os elementos comprobatórios são "inequívocos" e que houve "utilização da função pública para finalidades criminosas". Também ressaltou que o recurso teve caráter apenas protelatório. Ele foi acompanhado pelos demais ministros do colegiado: Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux.

Fuga do país

Zambelli foi condenada em 9 de maio. Dezesesseis dias depois, fugiu do país. Ela saiu pela fronteira terrestre com a Argentina, por meio de Foz do Iguaçu (PR), e seguiu para os Estados Unidos. Na quarta-feira, Moraes decretou a prisão preventiva da deputada e

a inclusão do nome dela na difusão vermelha da Interpol. No dia seguinte, a foragida chegou à Itália, onde disse ser "intocável" pelas autoridades brasileiras por ter cidadania italiana.

Com o trânsito em julgado da condenação no STF, a pena se torna definitiva e passa a ser de execução obrigatória. De acordo com a advogada Hanna Gomes, especialista em direito internacional, "considerando o contexto extraterritorial, a situação de foragida se mantém, mas agora para o cumprimento de uma pena transitada em julgado". "Assim, as autoridades internacionais serão notificadas para o cumprimento da prisão-pena, e não mais da prisão preventiva."

Cinco perguntas para Coronel Tadeu (PL-SP), suplente de Carla Zambelli

Como avalia a situação da deputada Carla Zambelli?

Assumir o lugar dela é uma mistura de tristeza com alegria. Tristeza porque estão tirando o mandato de uma parlamentar com 1 milhão de votos. Vejo muito excesso nessa pena. Não estou dizendo que ela não deveria sofrer uma consequência. Quando você põe na balança e começa a fazer comparações com tantos outros casos no Brasil, vê que o dela é muito pesado, ela está recebendo 10 anos (de prisão).

Qual é a sua opinião sobre o posicionamento do PL e dos bolsonaristas em relação ao caso?

Até onde eu sei, ela não foi abandonada. Claro que o presidente Bolsonaro já havia se afastado dela há algum tempo. Mas o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, não se afastou dela. Quase todos os parlamentares do PL fizeram uma nota nas suas redes sociais, demonstrando solidariedade com o caso dela.

Em 2019, o senhor rasgou um cartaz relativo ao Dia da Consciência Negra.

O que tem a dizer sobre isso? A gente tem de conhecer um pouco da etnia brasileira. Mais de 50% da população brasileira é negra. Então, não dá para dizer que eles são discriminados de forma alguma. Se tem a maioria de negros, obviamente dentro de uma faculdade também tem, e em todos os lugares. Aquele quadro mostrava uma caricatura de um policial da Rota de São Paulo, praticamente em uma alusão a uma execução de uma pessoa negra estendida no chão e sangrando. Foi até o que eu disse naquela época. Estão dizendo ali que o policial sai de manhã para matar pessoas negras na rua. Eu solicitei para tirarem aquele quadro e não me deixaram. Falei assim: 'Então nós vamos quebrar esse quadro aqui, agora'. E eu quebrei mesmo. Quem conhece a realidade da rua sabe muito bem que a polícia prende quem faz coisa errada.

Najara Araujo/Câmara dos Deputados



Qual será a sua prioridade legislativa imediata?

Já relatei mais de 30 projetos que pretendo protocolar assim que eu assumir, mas o principal é na

área da segurança, mas não vou me limitar à área da segurança.

Em 2021, o senhor disse que o então governador de São Paulo,

João Doria, merecia uma "surra no meio da rua". Considera essa postura correta? Falo esse termo surra como uma metáfora. O que ele fez com a

população de São Paulo é algo inadmissível. O radicalismo que ele usou para querer tratar a covid naquela época. Muitas pessoas radicalizaram e disseram: "Ninguém trabalha". Como é que essa pessoa vai comer? Ele levou a cesta básica à casa dessas pessoas? Ele nem se preocupou com isso. Doria é uma pessoa sem coração. Aquele sujeito, ainda bem que foi banido da política, porque aquele é um mau exemplo de homem público. O que ele fez em São Paulo, eu nunca vi na minha vida. Não sabia lidar com pandemia, não tinha especialização nenhuma para falar isso, se consultou com pessoas erradas e radicalizou nas medidas. Eu tive de socorrer pessoas com cesta básica, com alimento, em função da decisão de um maluco. Esse sujeito achando que trata a população como trata um animal qualquer. Então, vou continuar dizendo isso. Surra, eu não estou dizendo que seria uma agressão física contra ele, mas ele acabou tomando a surra que eu sempre falei, banido da política. (**Danandra Rocha**)